



TC 001.229/2000-4
Natureza: Representação
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB)
Interessada: Procuradoria-Regional do Trabalho da 13ª Região

TC 008.502/1999-4
Natureza: Representação
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região
Interessada: Secretaria de Controle Externo no Amazonas

TC 015.043/1999-1
Natureza: Representação
Órgão: Tribunal Superior do Trabalho
Interessada: 5ª Secretaria de Controle Externo

-Relator, Ministro José Antonio Barreto de Macedo

TC 016.121/2000-7
(TRANSFERIDO DA PAUTA Nº 10/2001 - Art. 77, § 8º do R.I.)
Natureza: Representação
Entidade: Município de Paracatu - MG
Interessado: Presidente da Câmara Municipal de Paracatu - MG, Antônio José Machado Rocha

Grupo II

Classe I - RECURSOS E PEDIDOS DE REEXAME

-Relator, Ministro Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça

TC 009.485/1999-6
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Maranhão-CRMV/MA
Embargantes: Renan Fernandes Nascimento Moraes, Teresinha de Jesus Jardim Dutra Lobo e Arnaldo Muniz Garcia

Classe IV - TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

-Relator, Auditor Benjamin Zymler

TC 575.453/1996-6
Natureza: Prestação de Contas
Entidade: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro - CREA/RJ
Responsáveis: Arcilei Alves Pinheiro e outros
Classe V - INSPEÇÕES, AUDITÓRIAS E OUTRAS MATÉRIAS CONCERNENTES À FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

-Relator, Ministro Guilherme Palmeira

TC 005.289/1999-8
(com 01 volume)
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão: Ministério das Relações Exteriores - MRE
Responsáveis: Elim Saturnino Ferreira Dutra (Diretor-Geral da ABC/MRE), Mariza Curi Silvino Graça Lima (Coordenadora), José Botafogo Gonçalves (gestor da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração Econômica e Comércio Exterior), José Alfredo Graça Lima (gestor da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração Econômica e Comércio Exterior), Sérgio Luiz P. Bezerra Cavalcanti (diretor do Projeto BRA/94/002), Celso Marcos Vieira de Souza (gestor do Departamento de Promoção Comercial), Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos (gestor do Departamento de Promoção Comercial), Carlos Alberto de Azevedo Pimentel (gestor do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica), João Clemente Baena Soares (gestor da Fundação Alexandre Gusmão), Alvaro da Costa Franco Filho (gestor da Fundação Alexandre Gusmão) e Lauro Barbosa da Silva (gestor do Departamento Cultural).

TC 010.462/1999-6
Natureza: Relatório de Inspeção
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA
Responsáveis: Desembargadores Haroldo da Gama Alves, Marilda Wanderley Coelho e Vicente José Malheiros da Fonseca (ex-presidentes)

-Relator, Ministro José Antonio Barreto de Macedo

TC 225.185/1998-9
(TRANSFERIDO DA PAUTA Nº 10/2001 - Art. 77, § 8º do R.I.)
Com 02 volumes
Apenso: TC 013.481/1999-1
Natureza: Apartado
Entidade: Governo do Estado do Amazonas
Responsável: José Augusto de Almeida, ex-Secretário de Estado de Transporte e Obras

Secretaria-Geral das Sessões, 27 de março de 2001
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Secretária do Plenário

(Of. El. nº 79/2001)

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 682, DE 16 DE MARÇO DE 2001

Fixa valores de multas, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV, pelo seu Plenário reunido em 16 de março de 2001, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "f" do art. 16

da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com alínea "f" do art. 22 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 64.704/69 e alíneas "n" e "t" do art. 3º da Resolução nº 04/69;

Considerando que toda pessoa jurídica ou física que desempenha atividades elencadas no art. 5º da Lei nº 5.517/68 está obrigada a estar registrada no Sistema CFMV/CRMVs, nos termos dos seus arts. 3º e 27;

Considerando que a fiscalização do exercício da profissão de zootecnista é exercida pelos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, por força do art. 4º da Lei nº 5.550, de 04/12/68;

Considerando que o médico veterinário, zootecnista e as pessoas jurídicas de que tratam os arts. 25 e 27 da Lei nº 5.517/68, estão obrigadas a inscrição e registro, bem como ao pagamento de anuidade, nos termos do art. 25 e § 1º do art. 27, da citada lei;

Considerando que o art. 28 da Lei nº 5.517/68 determina às pessoas jurídicas a prova de que possuam médico veterinário como Responsável Técnico;

Considerando que compete ao CFMV o estabelecimento de multas às pessoas físicas e jurídicas infratoras da legislação em sentido amplo, consoante parágrafo único do art. 28, alínea "g" do art. 29 e alínea "c" do art. 30 e 32 da Lei nº 5.517/68;

Considerando que a fiscalização de pessoa física e jurídica objetiva melhor prestação de serviço e garantia da qualidade de produtos e serviços à sociedade, sobretudo face à Lei nº 8.078/90. Resolve:

Art. 1º A pessoa física e jurídica, sujeita a inscrição e registro, respectivamente, no sistema CFMV/CRMVs, em razão de suas atividades e objetivos sociais, que não cumprir as determinações estabelecidas na legislação, em sentido amplo, estão sujeitas ao pagamento de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dobrada na reincidência, até o limite de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 2º A pessoa jurídica que, mesmo registrada no sistema CFMV/CRMVs, não contar com médico veterinário ou zootecnista como Responsável Técnico, pagará multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dobrada na reincidência, até o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Art. 3º A pessoa jurídica, em situação irregular, que regularizar sua situação junto ao Conselho respectivo, no prazo que lhe foi concedido, será dispensada do recolhimento do valor da multa.

Art. 4º O Responsável Técnico dispõe de 10 (dez) dias, após firmado o contrato de Responsabilidade Técnica com o estabelecimento, para promover a anotação de responsabilidade técnica junto ao CFMV da jurisdição onde se localizar a empresa com a qual firmou o contrato.

Parágrafo único. Aos infratores deste artigo será aplicada multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 5º O médico veterinário ou zootecnista que infringir o Código de Ética de suas respectivas profissões fica sujeito ao pagamento de multa sem prejuízo das sanções disciplinares.

§ 1º Será aplicada multa no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) ao profissional que:

I - infringir as alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do art. 2º da Resolução nº 322, de 15 de janeiro de 1981 - Código de Deontologia e de Ética Profissional do Médico Veterinário;

II - infringir as alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do art. 2º da Resolução 413, de 10 de dezembro de 1982 - Código de Ética Profissional Zootécnica.

§ 2º Será aplicada multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao profissional que:

I - infringir as alíneas "g", "h", "i", "j", "k" e "l" do art. 2º da Resolução nº 322, de 15 de janeiro de 1981 - Código de Deontologia e de Ética Profissional do Médico Veterinário;

II - infringir as alíneas "c", "d", "e" e "f" do art. 2º da Resolução 413, de 10 de dezembro de 1982 - Código de Ética Profissional Zootécnica.

§ 3º Será aplicada multa no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) ao profissional que:

I - infringir as alíneas "m", "n", "o", "p" e "q" do art. 2º da Resolução nº 322, de 15 de janeiro de 1981 - Código de Deontologia e de Ética Profissional do Médico Veterinário;

II - infringir as alíneas "c", "d", "e" e "f" do art. 2º da Resolução 413, de 10 de dezembro de 1982 - Código de Ética Profissional Zootécnica.

§ 4º Será aplicada multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao profissional que:

I - infringir as alíneas "m" e "n" do art. 2º da Resolução nº 322, de 15 de janeiro de 1981 - Código de Deontologia e de Ética Profissional do Médico Veterinário;

II - infringir as alíneas "j" e "k" do art. 2º da Resolução 413, de 10 de dezembro de 1982 - Código de Ética Profissional Zootécnica.

Art. 6º O médico veterinário ou zootecnista que permitir ao estabelecimento, sob sua responsabilidade técnica, infringir dispositivos contidos em leis, decretos, regulamentos, resoluções e portarias pagará a multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) dobrada na reincidência, até o limite de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 7º O estabelecimento médico veterinário que deixar de cumprir as normas estabelecidas na legislação vigente pagará multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dobrada na reincidência, até o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Art. 8º A pessoa jurídica que comercialize produtos veterinários, que permitir a vacinação de animais ou qualquer outra prática da clínica veterinária em seu estabelecimento, pagará multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), dobrada na reincidência, até o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 9º As penalidades aqui estabelecidas não derrogam outras, quer sejam civis, penais e administrativas.

Art. 10. Os artigos 1º, 2º, 3º e 4º desta resolução entram em vigor na data de sua publicação e revogam, especificamente, a Resolução nº 588, de 25 de junho de 1992; e os artigos 5º, 6º, 7º e 8º entram em vigor a partir de 1º (primeiro) de outubro de 2001; e revogam o art. 13 da Resolução nº 670, de 10 de agosto de 2000 e demais as disposições em contrário.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

JOSÉ EUCLIDES VIEIRA SEVERO
Secretário-Geral do Conselho

(Of. El. nº 31/2001)

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 27 de março de 2001

Ratifico a inexistência de licitação, referente à realização do "Curso de Introdução para os novos Magistrados", em favor da Associação dos Magistrados do Distrito Federal - AMAGIS, nos termos do art. 25, II, c/c Art. 13, VI da Lei N. 8.666/93. Valor total do Processo: R\$ 4.000,00. (PA. N. 01.837/2001).

Des. EDMUNDO MINERVINO

(Of. El. nº 68/2001)

ATENÇÃO
A IMPRENSA NACIONAL INFORMA
QUE NÃO POSSUI REPRESENTANTES
COMERCIAIS

Os interessados em
publicação de matérias ou
aquisição de obras e jornais
devem entrar em contato
com a Imprensa Nacional.

NÃO

nos responsabilizamos por
quaisquer serviços prestados
por terceiros ou pela
autenticidade de documentos
pertinentes fornecidos pelos
mesmos

**MAIORES
ESCLARECIMENTOS**

FONE
0800 61 9900

FAX
(0XX61) 313-9765
www.in.gov.br
in@in.gov.br

Sig. 00000102, LOTE 800, CEP 70610-400 BRASÍLIA-DF